



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1076, DE 2021

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o art. 186 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, que “Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018”.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2021

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o art. 186 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, que “Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica susgado, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o art. 186 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto do Poder Executivo nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 — que regulamenta matéria trabalhista —, por meio de seu art. 186, restringiu o recebimento do benefício do vale-refeição, assegurado pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), apenas aos empregados que recebam até cinco salários mínimos por mês.

Ao fazê-lo, usurpa a competência do Congresso Nacional, o qual, ao aprovar a Lei nº 6.321/76, não fez tal restrição e a quem exclusivamente competiria, por meio do regular processo legislativo





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

estabelecer critérios de restrição ou ampliação, dentro dos ditames orçamentários, do programa.

Dessa forma, cabe a este Congresso Nacional, por meio do poder que lhe confere a Constituição Federal, sustar o ato do Poder Executivo que exorbita do poder regulamentar e, dessa forma, corrigir essa injustiça que o atual Governo comete contra os trabalhadores, ao usurpá-los de direitos adquiridos, sem ao menos passar pelo crivo de seus representantes legislativos eleitos.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres Congressistas à aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO
MDB-PB



SF/21945.39910-33

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto nº 9.580, de 22 de Novembro de 2018 - DEC-9580-2018-11-22 - 9580/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;9580>
- Decreto nº 10.854 de 10/11/2021 - DEC-10854-2021-11-10 - 10854/21
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2021;10854>
 - art186
- Lei nº 6.321, de 14 de Abril de 1976 - Lei do Programa de Alimentação do Trabalhador;
Lei do PAT - 6321/76
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1976;6321>